

Principais ações do governo do Estado no combate à violência contra a mulher

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

Programa Monitoramento do Agressor

Lançado em 2023, o Programa Monitoramento do Agressor é uma das principais iniciativas do governo do Estado do Rio Grande do Sul para a proteção de mulheres vítimas de violência. Desenvolvido pelo Comitê EmFrente, Mulher, o projeto tem como objetivo oferecer máxima proteção às vítimas e maior efetividade às Medidas Protetivas de Urgência (MPU). A ação busca minimizar riscos e prevenir feminicídios, por meio da oferta de tecnologias voltadas à segurança das mulheres. Pioneiro no país, o programa realiza o monitoramento de agressores com tornozeleiras eletrônicas e fornece às vítimas um celular com sinal de GPS, permitindo o rastreamento em tempo real e evitando a aproximação indevida. Atualmente, 554 agressores estão sendo monitorados pelo programa, reforçando o compromisso do Estado com a proteção das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero.

Medida Protetiva Online

O governo estadual lançou, em abril deste ano, a Medida Protetiva Online, uma plataforma digital que possibilita o pedido de medidas protetivas pela internet de forma rápida e segura. Além disso, foram anunciadas outras três medidas: operações permanentes de busca e captura de agressores com mandados de prisão em aberto e apuração de denúncias advindas do disque 100; ações permanentes de visitas aos agressores; e a implementação de um programa de acompanhamento dos agressores, na forma de grupos, logo após o registro dos boletins de ocorrência.

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Atualmente, há 23 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) instaladas no Estado, que contam com uma estrutura projetada para garantir conforto e segurança às usuárias, incluindo cartórios, salas privativas para registros de ocorrência, área de espera exclusiva para mulheres vítimas de violência e setor de investigação especializado.

Sala das Margaridas

O Estado conta com 91 Salas das Margaridas, espaços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, garantindo um ambiente seguro e confidencial para que as vítimas possam denunciar abusos, registrar ocorrências, solicitar medidas protetivas e receber encaminhamentos de acordo com a Lei Maria da Penha.

Delegacia de Polícia Online da Mulher

Por meio da Delegacia de Polícia Online da Mulher, as vítimas de violência doméstica possuem um canal direto com a Polícia Civil para registrar ocorrência policial, sem a necessidade de ir até uma Delegacia de Polícia para denunciar seu agressor. O link da delegacia é <https://www.delegaciaonline.rs.gov.br/dol/#!/delegaciadamulher/main>

Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar

A Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar realiza visitas sistemáticas a mulheres vítimas de violência doméstica, garantindo sua segurança ao monitorar o cumprimento da medida protetiva contra o agressor. Em 2025, a Patrulha já realizou cerca de 21,6 mil visitas, 180 palestras preventivas e informativas e 80 prisões por descumprimento de medida protetiva.

RS SEGURO

Comitê EmFrente, Mulher

O Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – Em Frente, Mulher – foi criado pelo Decreto Estadual nº 55.430, de 07 de agosto de 2020, tendo como objetivo central fortalecer a rede de apoio às mulheres em situação de violência e promover uma mudança de cultura entre os gaúchos, que valorize a proteção da mulher na sociedade em todas as suas formas. Conta com a participação dos três Poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo), instituições, diversas Secretarias de Estado e organizações da sociedade civil.

Este grupo interinstitucional identificou os desafios a serem enfrentados – sob a ótica das vítimas e dos agressores -, validou as linhas de ação (Rede de Atendimento; Acesso à Informação; Autonomia Feminina; e, Políticas Protetivas, com foco no agressor) e propôs projetos estratégicos a serem desenvolvidos. Até o momento, foram criados os seguintes projetos: Monitoramento do Agressor; ações nas escolas; Informar, Prevenir e Proteger; Grupos Reflexivos de Gênero; Selo EmFrente, Mulher; e Rede Mulher SINE/FGTAS.

Selo EmFrente, Mulher

O Selo EmFrente, Mulher é uma certificação de responsabilidade social concedida a empresas que desenvolvem, de forma sistemática e continuada, programas, projetos e ações voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Instituído pela Lei Estadual nº 15.916, de 23 de dezembro de 2022, o selo é uma iniciativa do Comitê Comitê EmFrente, Mulher. Seu objetivo é ampliar o engajamento no combate à violência de gênero e à desigualdade entre homens e mulheres, fortalecendo a defesa dos direitos das mulheres. A certificação tem validade de dois anos, podendo ser renovada por igual período, e as inscrições são abertas anualmente, sempre no mês de março. Desde sua criação, o selo já contemplou diversas empresas: 13 em 2023, 10 em 2024 e 22 em 2025, sendo que, neste último ano, seis empresas tiveram sua certificação renovada, demonstrando o compromisso contínuo com a promoção da equidade e da proteção às mulheres.

Informar, Prevenir e Proteger

O Projeto Informar, Prevenir e Proteger é uma iniciativa estratégica de comunicação voltada à conscientização sobre a violência de gênero e doméstica, com foco na prevenção e na divulgação da rede de apoio às mulheres em situação de violência. A ação busca promover uma mudança de cultura entre os gaúchos, por meio de campanhas informativas e mutirões de conscientização, organizados em um calendário integrado entre instituições parceiras.

Desde 2020, o projeto tem mantido uma atuação contínua, com a realização de lives, ações sociais, capacitações, seminários e rodas de conversa musicais em diferentes espaços, como escolas e presídios femininos. Até o primeiro semestre de 2025, já foram promovidas diversas atividades que reforçam o compromisso com o enfrentamento da violência contra a mulher e a promoção da equidade de gênero.

Grupos Reflexivos de Gênero

O Projeto Grupos Reflexivos de Gênero tem como objetivo ampliar a implementação de grupos reflexivos para homens envolvidos em violência doméstica e familiar em todas as comarcas do Rio Grande do Sul, promovendo a reeducação e transformação de comportamentos. A iniciativa está alinhada à Lei nº 13.984/2020, que inclui os grupos como medida protetiva de urgência na Lei Maria da Penha.

Atualmente, o Poder Judiciário do RS já desenvolve o projeto em 50 comarcas. Os grupos funcionam como espaços de escuta e reflexão, incentivando o reconhecimento da violência, a autorresponsabilização e a mudança de atitudes, contribuindo para a proteção das mulheres e a promoção da equidade de gênero. A participação pode ser

determinada judicialmente em diferentes fases do processo, como medida protetiva, condição para liberdade ou pena restritiva de direitos.

Para viabilizar a expansão da iniciativa, foi firmado em março de 2022 um Acordo de Cooperação entre o Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos da Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e entidades parceiras, com vigência de 60 meses, garantindo a efetividade da ação em todo o Estado.

SECRETARIA DA MULHER

Centro de Referência da Mulher

O Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM), do governo do Estado, é um serviço voltado à prevenção e ao enfrentamento da violência contra à mulher, e está vinculado à Secretaria da Mulher.

Atualmente, o CRMVAM atua no atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e de gênero, com visitas técnicas nos Centros de Referência da Mulher municipais, e na articulação com os diferentes serviços da Rede de Proteção da Mulher.

A equipe técnica do CRMVAM, que conta com assistente social e psicóloga, realiza escuta, acolhimento, orientação e encaminhamento, seja pela Escuta Lilás (0800) ou presencialmente. Apenas pela Escuta Lilás, foram atendidas mais de 200 ligações, desde setembro de 2024.

Em março de 2024, o governo inaugurou a nova sede do CRMVAM, localizada na Rua Miguel Tostes, nº 823, bairro Rio Branco, em Porto Alegre.

Reativação da Rede Lilás

Em 2024, o governo do Estado reativou a Rede Lilás, que estava inoperante desde 2017. A Rede Lilás é um comitê formado por representantes de diversos órgãos públicos – com a coordenação do Departamento de Políticas para as Mulheres (DPM) da Secretaria da Mulher – e que trata de questões relacionadas à proteção das mulheres no Rio Grande do Sul. A primeira reunião após a reativação ocorreu em 12 de julho de 2024, no CRMVAM, em Porto Alegre.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Ações de prevenção à violência contra as mulheres no Currículo da Educação Básica

Para garantir que a prevenção à violência seja um pilar permanente da educação, o tema foi incorporado de forma transversal às Matrizes de Referência da Rede Estadual em 2025. Essa abordagem estratégica assegura que o tema não seja tratado de maneira isolada ou pontual, mas sim como um elemento estruturante da formação cidadã dos estudantes.

Ao integrar essa temática ao currículo, a Seduc promove uma cultura de respeito e equidade de gênero no ambiente escolar e oferece diretrizes claras e consistentes para o planejamento pedagógico dos professores. Isso possibilita a criação de aulas mais contextualizadas e interdisciplinares, permitindo que os educadores abordem a questão da violência contra meninas e mulheres de forma natural e progressiva ao longo da formação dos estudantes. Assim, os estudantes desenvolvem consciência crítica sobre o tema, tornando-se agentes de mudança dentro e fora da escola.

Além disso, um dos marcos dessa iniciativa é a Semana Maria da Penha nas Escolas.

Semana Maria da Penha nas Escolas

A Semana Maria da Penha nas Escolas é uma ação contínua e permanente, prevista para ocorrer anualmente como parte do calendário oficial de eventos do Estado do Rio Grande do Sul. Instituída pela Lei estadual nº 15.702/2021, tem o objetivo de contribuir para o conhecimento da comunidade escolar acerca da Lei Maria da Penha.

Desde 2021, em parceria com o Comitê Em Frente, Mulher, no mês de novembro, o evento mobiliza estudantes de escolas públicas e privadas de todo o Estado a pensarem estratégias de enfrentamento e prevenção da violência contra meninas e mulheres. Além de reconhecer e compartilhar o que as escolas já estão desenvolvendo para a prevenção à violência de gênero e para a promoção da equidade de gênero, valorizando as ações já efetuadas e inspirando mais professoras/professores, diretoras/diretores a trabalharem a temática no ambiente escolar, também é levado conteúdo para os participantes por meio de reflexões sobre a temática, desenvolvendo ações interativas.

Em 2021, foram inscritos 57 trabalhos, com 9 apresentações realizadas em formato on-line. Em 2022, o evento passou a ser presencial, com 47 projetos inscritos, 28 apresentações e 100 participantes. Já em 2023, a terceira edição contou com 108 projetos inscritos, 20 apresentações, 40 exposições e 300 participantes. Em 2024, foram acolhidos 30 projetos selecionados pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), com 100 participantes presentes.

A cada edição, reafirma-se o compromisso com a educação para a equidade de gênero e a prevenção da violência contra a mulher, consolidando-se como uma política pública essencial para a formação cidadã e a transformação cultural.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (FGTAS)

Rede Mulher FGTAS/Sine

Desenvolvido junto com o Comitê Enfrente, Mulher, o projeto tem como foco acolher e apoiar mulheres em situação de violência, promovendo sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A iniciativa atende mulheres encaminhadas para Rede de Apoio à Mulher na Inserção Laboral, oferecendo atendimento individualizado, articulação com empresas socialmente responsáveis e oportunidades de emprego, capacitação e geração de renda.

A iniciativa está alinhada à Lei Federal nº 14.542/2023, que garante prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), com a reserva de 10% das vagas de intermediação de mão de obra.

As ações incluem parcerias com a Rede de Enfrentamento à Violência — formada por setores da Saúde, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública — e com empresas comprometidas com a equidade de gênero, que são sensibilizadas para abrir vagas e oferecer treinamentos. O projeto também incentiva alternativas de qualificação profissional, empreendedorismo e inclusão produtiva, como o artesanato.